

UFRJ/IEI
TD314

041124-8

nº 314

*Trabalho e Renda no Brasil na
Década de oitenta*

João Sabóia

*Instituto de
Economia
Industrial
UFRJ*

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

UFRJ / FEA - I E I
BIBLIOTECA

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Economia Industrial

Textos para Discussão

*Trabalho e Renda no Brasil na Década de
oitenta*

João Sabóia*



43 - 016744

junho

* - Professor Titular da Faculdade de Economia e Administração e do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este trabalho foi desenvolvido a partir de um texto não publicado, apresentado no Seminário Internacional de Políticas Econômicas e Mudanças Estruturais na América Latina, realizado em Salvador nos dias 4 a 6 de novembro de 1991, com o apoio da CAPES, COFECUB e UFBA. Veja Sabóia (1991b).

**Instituto de
Economia
Industrial
UFRJ**

Diretor

José Ricardo Taulle

Coordenador de Ensino

Carlos Aguiar de Medeiros

Coordenador de Pesquisa

João Luis Maurity Sabóia

Gerente Administrativa

Sebastiana de Sousa Barros

Supervisão

Maria Lúcia Ferro

Projeto Gráfico

José Antonio de Oliveira

Edição Eletrônica

Jorge Amaro

Impressão

Célio de Almeida Mentor e Ronel José Gomes



S
UFRJ/IEI
TD314

MS 95485

Ficha Catalográfica

SABÓIA, João Lutz Maurity

Trabalho e renda no Brasil na década de oitenta. / João Sabóia.
-- Rio de Janeiro; IEI/UFRJ, 1994.

33 p.; 21 cm. -- (Texto para Discussão. IEI/URFJ; nº 314)

1. Mercado de Trabalho - Brasil, 1980. 2. Distribuição de Renda
- Brasil, 1980. I. Título. II. Série.

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Economia Industrial
Pálcio Universidade do Brasil
Av. Pasteur, 250 - Praia Vermelha
CEP 22290 - Rio de Janeiro - RJ
295 1447 e 541 8148 (fax)

UFRJ / FEA - IEI
BIBLIOTECA

Trabalho e Renda no Brasil na Década de oitenta

1. Introdução

Em linhas gerais, a década de oitenta no Brasil pode ser dividida em três períodos. Entre 1981 e 1983, o país foi atingido por uma crise econômica, resultante de desequilíbrios internos e externos, com queda acentuada do PIB. Após o triênio 1984/86, quando a economia recuperou-se, voltando a crescer segundo sua taxa histórica de 7% ao ano, o país entrou em nova fase de estagnação econômica, acentuada no final da década. Os dados agregados para os anos oitenta mostram que, embora o PIB tenha apresentado pequeno crescimento (1,6% ao ano), este foi insuficiente para compensar o crescimento populacional (1,9% ao ano), resultando em redução do PIB per capita ao longo da década de oitenta.

As consequências sócio-econômicas de tal performance foram muito negativas. As várias políticas econômicas utilizadas pelos governos que se sucederam fracassaram. Os choques periódicos na economia, a partir do Plano Cruzado, tornaram-se cada vez menos eficientes. Se por um lado, o crescimento econômico foi mínimo, a inflação explodiu e os desequilíbrios externos não foram superados, por outro, o mercado de trabalho foi bastante prejudicado e a má distribuição de renda agravou-se.

O objetivo principal deste trabalho é buscar uma caracterização geral dos principais movimentos ocorridos no mercado de trabalho e na distribuição da renda do trabalho no Brasil durante a década de oitenta. Na medida do possível procurar-se-á destacar os diferenciais regionais e setoriais.

Vários artigos foram escritos ao longo dos últimos anos, procurando discutir diversos aspectos do mercado de trabalho

e da distribuição de renda no Brasil(1). O texto aqui apresentado busca uma consolidação dos principais movimentos ocorridos, a partir da análise de toda a década de oitenta. Alguns destes movimentos já foram identificados anteriormente, enquanto outros tornaram-se mais claros a partir dos dados dos últimos anos. Entre as mudanças, algumas estão tipicamente associadas aos movimentos conjunturais da economia, enquanto outras representam o aprofundamento de transformações estruturais, que já vinham ocorrendo no passado. A fonte básica de dados para o artigo é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no período 1979/90(2).

2. Principais Transformações na População Ocupada

Um dos movimentos mais notáveis observado na década de oitenta é o crescimento sustentado da população economicamente ativa (PEA) e da população ocupada (PO), apesar da má performance da economia. Conseqüentemente, as taxas agregadas de desemprego aberto permaneceram relativamente baixas. No auge da crise, em 1983, as taxas de desemprego não atingiam 5%. Mesmo na região Sudeste, a mais atingida pela crise econômica, a taxa de desemprego aberto, em 1983, era de apenas 6%(3).

Segundo a PNAD, tanto a PEA quanto a PO cresceram em torno de 3,2% ao ano entre 1979 e 1990. Este crescimento excepcional decorreu da elevação da taxa de atividade, que passou de 53,8% em 1979 para 56,7% em 1990 (Tabela 1). As taxas de atividade são diferenciadas segundo a região considerada, sendo mais elevadas nas regiões mais desenvolvidas - Sul e Sudeste - e menor nas outras regiões. De qualquer forma, em todas as regiões repetiu-se o crescimento das taxas de atividade ao longo da década. Se por um lado, este crescimento da taxa de atividade poderia estar associado à própria transição demográfica por que passa o país, por outro, como veremos a seguir, existem razões mais importantes para este comportamento(4).

O crescimento da taxa de atividade deveu-se principalmente à maior participação das mulheres no mercado de trabalho.

Enquanto a taxa de atividade dos homens apresentou uma elevação mínima - de 74,7% em 1979 para 75,3% em 1990 -, as mulheres saltaram de 33,6% para 39,2% no período (Tabela 2). Em todas as regiões houve crescimento da taxa de atividade feminina. Em 1989, por exemplo, as menores taxas eram encontradas na região Nordeste (35,8%) e as maiores na região Sul (43,7%).

Ao se analisar a evolução das taxas de atividade por faixa etária verifica-se comportamentos distintos. Enquanto o grupo dos mais jovens (até 14 anos) apresentam nítida queda, a maioria dos grupos restantes mostraram aumentos substanciais, especialmente nas faixas entre 20 e 49 anos (Tabela 2). Em outras palavras, foram exatamente as idades mais participantes do mercado de trabalho que mais aumentaram suas taxas de atividade. Em 1990, por exemplo, mais de 70% das pessoas entre 20 e 49 anos participavam da PEA (para o grupo entre 30 e 39 anos a taxa chegava a 75%). O comportamento geral descrito para o conjunto do país não sofre modificações importantes nas diferentes regiões.

Um dos resultados mais notáveis para as taxas de atividade foi sua evolução quando considerados os anos de estudo da população. Seu crescimento concentrou-se entre as pessoas mais educadas. Enquanto as taxas de atividade entre aqueles com até 4 anos de estudo esteve estagnada, para a faixa entre 5 e 8 anos elevou-se de 52,9% em 1979 para 57,9% em 1990. Quando consideradas as pessoas com 9 anos ou mais de estudo, observa-se um aumento de 69,6% para 74,9% no mesmo período (Tabela 2).

As mulheres nas faixas etárias intermediárias apresentaram crescimento impressionante em suas taxas de atividade ao longo dos anos oitenta. A maior variação ocorreu na faixa 30/39 anos, elevando-se de 41,7% para 54,7% entre 1979 e 1990. É curioso notar que enquanto no início da década as mulheres que mais trabalhavam possuíam entre 20 e 24 anos, em 1990 a taxa de atividade deste grupo era superada pelas mulheres de 30 a 39 anos(5). A taxa de atividade das crianças entre 10 e 14 anos reduziu-se tanto para as meninas quanto para os meninos. Para o conjunto de homens praticamente não houve qualquer

modificação importante nas taxas de atividade por faixa etária (Tabela 3).

O movimento apontado anteriormente, mostrando queda das taxas de atividade para as pessoas menos educadas e elevação para as mais educadas, repete-se tanto para homens quanto para mulheres. Para as mulheres, entretanto, a tendência de elevação da taxa de atividade é tão forte, que só não atinge aquelas com menos de um ano de instrução. No caso das mulheres com 9 anos ou mais de instrução, a taxa de atividade passa de 57,0% em 1979 para 63,9% em 1990 (Tabela 3).

Em resumo, pode-se afirmar que ao longo dos anos oitenta houve uma entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho, sendo estas relativamente bem educadas e numa faixa etária intermediária. Este resultado é de certa forma surpreendente, na medida em que parte da discussão desenvolvida durante os anos oitenta apontava para a entrada de membros desqualificados da família (crianças e mulheres) no mercado de trabalho, como forma de complementação da renda familiar comprimida pela crise econômica(6). Os dados da PNAD contradizem o senso comum, mostrando queda das taxas de atividade das crianças e das pessoas com baixo nível de escolaridade.

Quanto à jornada de trabalho da população ocupada, nota-se uma nítida tendência de queda durante a década. Tal resultado pode ser verificado pelo aumento do percentual de pessoas trabalhando até 39 horas semanais - 15,4% em 1979 e 22,7% em 1990 - e queda daqueles trabalhando 49 horas ou mais - 33,2% e 22,3% respectivamente. Na faixa central (40/48 horas) há uma elevação relativa - 51,4% em 1979 e 55,0% em 1990. Neste caso, parece ocorrer a simultaneidade de dois movimentos. Por um lado, o crescimento do trabalho em tempo parcial e, por outro, a queda da jornada de trabalho legal definida pela Constituição de 1988(7). As várias regiões apresentaram comportamentos similares de tendência de queda das horas semanais trabalhadas nos anos oitenta.

Uma das transformações mais marcantes da década de oitenta, acompanhando o movimento migratório rural/urbano, foi a queda vertiginosa da ocupação agrícola e a forte terciarização

da economia. Enquanto em 1979 32,5% da população ocupada (PO) era encontrada em atividades agrícolas, em 1990 este percentual havia baixado para apenas 22,8%. Em contrapartida, o terciário passou de 43,6% da PO para 54,5% no mesmo período. A indústria, por sua vez, manteve relativamente fixa sua participação, com pouco menos de um quarto da ocupação total (Tabela 4).

Todos os segmentos do terciário tiveram crescimento em sua participação na ocupação global. Em 1990, a prestação de serviços superava com folga a indústria de transformação - 17,9% e 15,2% respectivamente. O comércio, por sua vez, atingia 12,9% do emprego. Estes dois segmentos do terciário, juntamente com o ramo de atividades sociais, representavam, em 1990, cerca de 40% da ocupação total do país.

Embora todas as regiões tenham apresentado queda na ocupação agrícola e crescimento na terciária, existem diferenças marcantes no quadro setorial das várias regiões. Em 1989, por exemplo, apenas 12,2% da PO da região Sudeste participava de ocupações agrícolas, enquanto no Nordeste, no mesmo ano, 39,5% da PO encontrava-se no campo. Por sua vez, o terciário na região Sudeste atingia 58,1% da PO e na região Nordeste 44,4%. A indústria, por sua vez, incorporava 29,6% da PO do Sudeste e 16,4% no Nordeste.

Apesar da transição ocupacional/setorial que atingiu o Brasil nos anos oitenta, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Algumas economias desenvolvidas funcionam atualmente com mais de 70% do emprego em atividades terciárias e menos de 5% em atividades agrícolas. Infelizmente, no caso brasileiro, a transição para o terciário tem se dado em condições precárias, a partir de uma nítida piora das condições do trabalho urbano, como será visto a seguir.

3. Ocupação, Assalariamento e Carteira de Trabalho

Alguns autores têm apontado para o crescimento do assalariamento - regulamentado ou não - no Brasil na década de oitenta (ex: Cacciafali (1988b)), enquanto outros deduzem deste movimento uma tendência à integração do mercado de

trabalho brasileiro (ex: Salm et alli (1987)). Mostraremos nesta seção importantes transformações ocorridas nas relações de trabalho - assalariadas ou não - no Brasil durante a década passada.

Em termos agregados, houve tendência de crescimento do assalariamento durante os anos oitenta. Enquanto em 1979 62,3% da PO era constituída por empregados assalariados, em 1990 este percentual elevava-se para 64,7%. Em contrapartida, houve queda substancial dos trabalhadores não remunerados - de 12,1% para 8,0% no período. A participação dos trabalhadores por conta própria permaneceu relativamente estável em torno de 22%(8) (Tabela 5).

A transformação de trabalhadores não remunerados em empregados é sintomática do papel desempenhado pela urbanização sobre o mercado de trabalho. Os primeiros são típicos das atividades agrícolas, sendo constituídos em geral por trabalhadores familiares. Já os empregados representam a principal categoria de trabalhadores urbanos. Estas informações são confirmadas pelos dados da Tabela 6, onde cerca de três quartos dos trabalhadores não agrícolas são empregados, enquanto os trabalhadores não remunerados representam aproximadamente 30% da PO em atividades agrícolas.

Em outras palavras, o crescimento da participação dos empregados na PEA deveu-se, em grande parte, ao próprio movimento de urbanização do país, com a migração de trabalhadores não remunerados da agricultura para as cidades, transformando-se em empregados urbanos (remunerados). Quando separadas as atividades agrícolas das não agrícolas nota-se, inclusive, que não houve qualquer elevação na participação dos empregados assalariados no interior das atividades não agrícolas. Pelo contrário, houve até mesmo redução de sua participação - 76,3% em 1979 e 72,9% em 1990. Em contrapartida, houve crescimento do assalariamento nas atividades agrícolas - 33,6% em 1979 e 36,9% em 1990 (Tabela 6).

Entre os trabalhadores assalariados houve ainda outra importante mudança - o crescimento dos empregados sem carteira assinada relativamente aos com carteira. Este

movimento foi muito importante no início da década. Entre 1979 e 1983, por exemplo, houve redução substancial da participação dos empregados com carteira assinada - 39,2% e 34,3% respectivamente - e um movimento oposto entre os sem carteira - 23,1% e 30,7% -, invertendo-se tal movimento no restante da década(9). De qualquer forma, a comparação entre 1979 e 1990 apresenta crescimento da importância do emprego sem carteira assinada e estabilização da participação do emprego com carteira (Tabela 5).

As mudanças são mais nítidas quando consideradas separadamente as atividades agrícolas e não agrícolas. O emprego com carteira assinada é relativamente raro na agricultura. Sua tendência, porém, foi clara no sentido de crescimento da importância da carteira assinada - 4,6% da PO em 1979 e 8,4% em 1990. Situação completamente distinta ocorreu nas atividades não agrícolas. Enquanto em 1979 55,9% da PO era constituída por empregados com carteira assinada, em 1983 este percentual caía para apenas 45,5%, recuperando-se ligeiramente para 46,8% em 1990. No final da década, portanto, o emprego com carteira assinada nas atividades não agrícolas era consideravelmente menos importante que no início da década. O inverso ocorria com o emprego sem carteira assinada (Tabela 6).

Outro ponto que merece ser realçado é a relativa estabilidade do emprego por conta própria durante a década de oitenta. Isto é verdadeiro tanto para os dados globais quanto no interior das atividades agrícolas e das não agrícolas (Tabelas 5 e 6). A interpretação tradicional para a evolução do emprego nos períodos de crise econômica aponta para o crescimento do setor informal, tipicamente representado pelo trabalho autônomo. No caso do Brasil, entretanto, o que se verificou foi o crescimento do assalariamento não registrado.

O quadro regional apresenta algumas características importantes, refletindo o grau de desenvolvimento econômico de cada região. O assalariamento é muito mais importante na região Sudeste que no Nordeste. Em 1990, três de cada quatro trabalhadores no Sudeste era assalariado, enquanto no Nordeste apenas um entre cada dois encontrava-se na mesma situação.

Enquanto dois de cada três empregados possuía carteira assinada no Sudeste, a situação no Nordeste apontava para apenas dois empregados com carteira assinada em cada grupo de cinco empregados. Por outro lado, a participação dos trabalhadores por conta própria e dos não remunerados no Nordeste é muito mais importante que no Sudeste (Tabela 7).

Passando-se a analisar a posse da carteira assinada exclusivamente no interior do conjunto dos empregados surgem algumas peculiaridades(10). Os homens possuem com mais frequência a carteira assinada do que as mulheres - 61,8% e 55,1%, respectivamente, em 1990. As mulheres, entretanto, parecem ter obtido um ligeiro ganho em termos de posse da carteira ao longo da década, reduzindo o diferencial em relação aos homens (Tabela 8).

Existem grandes variações na posse da carteira assinada por faixa etária. Ela é relativamente rara para as crianças e os adolescente, crescendo com a idade até atingir os maiores percentuais entre 25 e 39 anos, caindo em seguida. Houve queda acentuada da posse da carteira para os empregados de todas as faixas etárias entre 1979 e 1983, invertendo-se o movimento até o final da década. Em 1990 os percentuais de posse de carteira assinada entre os trabalhadores das diversas faixas etárias tendiam a ser inferiores aos do início da década, especialmente entre os mais jovens (Tabela 8).

Há grandes diferenciais de posse da carteira assinada nos distintos setores da economia. Os percentuais são mais elevados na indústria, caindo no terciário e atingindo valores mínimos na agricultura. Em todos os setores houve quedas até 1983. A recuperação ocorrida na segunda metade da década não foi suficiente para voltar aos níveis iniciais. A exceção fica por conta da agricultura, onde houve forte elevação do percentual de empregados com carteira assinada, a partir de valores muito baixos (Tabela 9).

Alguns segmentos merecem ser destacados. Inicialmente, a grande queda verificada na indústria de construção(11). Em 1990, pouco mais da metade dos empregados em atividade na construção possuíam carteira de trabalho assinada, refletindo a crise enfrentada pelo setor na década passada. Em segundo

lugar, os percentuais de empregados com carteira assinada na prestação de serviços são muito baixos - apenas 38,2% em 1990. Trata-se, indiscutivelmente, do segmento urbano onde as relações de trabalho são mais precárias, incluindo-se aí as empregadas domésticas. Em terceiro lugar, cabe mencionar a administração pública, onde cerca da metade dos empregados não possuíam carteira assinada por serem estatutários(12).

O último aspecto abordado nesta seção complementa as informações relativas à precarização da inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho no Brasil. Trata-se da contribuição previdenciária. O quadro acima descrito, apontando para a estagnação da participação do emprego com carteira assinada durante a década passada, traz como consequência a estagnação da capacidade de contribuição para a previdência social. Efetivamente, embora os trabalhadores possam contribuir enquanto autônomos, esta não é a forma padrão, representada pelo desconto direto na folha de pagamento das empresas. Em 1990, apenas metade dos trabalhadores brasileiros contribuíam para a previdência social, ilustrando uma situação preocupante(13) (Tabela 5). A década de oitenta não mostrou qualquer avanço neste aspecto.

4. Distribuição da Renda do Trabalho

A evolução dos dados agregados do rendimento do trabalho ao longo dos anos oitenta foi bastante desfavorável devido à magnitude da crise econômica. Segundo a PNAD, praticamente não houve qualquer crescimento do rendimento médio real do trabalho entre 1981 e 1990. O nível mais baixo ocorreu em 1983/84 e o mais favorável em 1986(14).

Em 1990, entretanto, os diferenciais de renda entre os diversos segmentos de trabalhadores permaneciam elevados. Os homens ganhavam 73% mais que as mulheres. Os empregados com carteira assinada 80% mais que os sem carteira. Os desequilíbrios eram ainda maiores quando comparados os rendimentos dos trabalhadores das regiões Sudeste e Nordeste. Os primeiros ganhavam mais que o dobro dos segundos. Os trabalhadores com carteira assinada no

Sudeste recebiam salários quase quatro vezes superiores aos dos trabalhadores sem carteira do Nordeste(15).

A evolução da distribuição dos rendimentos do trabalho pode ser visualizada através dos dados da Tabela 10. Eles indicam uma piora substancial na medida em que a década avançava. O índice de Gini(16) partiu de 0,564 em 1981, atingindo 0,584 em 1983, permanecendo relativamente estável até 1987, saltando para 0,613 em 1988, 0,630 em 1989 e 0,602 em 1990(17). A deterioração verificada no final da década coincidiu com a explosão inflacionária, indicando que os mecanismos generalizados de indexação da economia brasileira não foram suficientemente fortes para proteger a renda dos trabalhadores mais pobres. De uma certa forma, a melhora observada no índice de Gini em 1990 pode ser parcialmente atribuída ao recuo da inflação naquele ano(18).

Em 1981, os 50% dos trabalhadores com menores rendimentos recebiam em conjunto mais do que os 1% mais ricos - 14,5% e 12,1% da renda respectivamente. Em 1990 a situação havia se invertido, sendo que os 50% mais pobres haviam baixado para 12,1% enquanto os 1% mais ricos haviam subido para 13,9% da renda. Os diferenciais de rendimento do trabalho atingiam em 1990 valores inacreditáveis. Os trabalhadores situados entre os 1% com maiores rendimentos recebiam em média cerca de 170 vezes mais que os trabalhadores entre os 10% mais pobres(19).

A distribuição da renda do trabalho nas áreas rurais é um pouco melhor do que nas áreas urbanas. Talvez este resultado seja decorrente da menor monetização da economia nas áreas rurais(20). Nos dois casos, entretanto, a tendência de piora ao longo da década foi nítida. O índice de Gini nas regiões rurais era 0,503 em 1981, 0,575 em 1989 e 0,542 em 1990. Nas regiões urbanas ele passou de 0,552 para 0,622 e 0,591, respectivamente, no mesmo período. Os diferenciais de renda entre as áreas urbanas e rurais são suficientemente grandes para elevarem ainda mais o coeficiente de Gini quando as duas populações são consideradas em conjunto (Tabelas 10 e 11). O rendimento médio do trabalho, em 1990, nas regiões urbanas, era 150% mais elevado que nas regiões rurais.

Existe uma nítida associação entre o nível de desenvolvimento econômico regional e o grau de desigualdade na distribuição da renda do trabalho, refletindo as melhores e maiores oportunidades em termos ocupacionais nos centros mais desenvolvidos do país. Assim, as regiões Sul e Sudeste possuíam, em 1990, índices de Gini bem inferiores aos encontrados nas regiões Nordeste e Centro-Oeste (Tabela 12). Enquanto os 5% mais ricos entre os trabalhadores das regiões Sul e Sudeste recebiam respectivamente 31,8% e 32,3% dos rendimentos do trabalho, nas regiões Nordeste e Centro-Oeste estes percentuais atingiam 39,0% e 35,5%.

A relação inversa entre desenvolvimento econômico e desigualdade de renda do trabalho é ainda mais clara nas regiões metropolitanas. Assim, a desigualdade medida pelo índice de Gini em 1990 era bem menor em São Paulo (0,523), Porto Alegre (0,567) e Curitiba (0,532), localizadas nas regiões Sudeste e Sul, do que em Fortaleza (0,618), Recife (0,608) e Salvador (0,632), localizadas na região Nordeste. Por outro lado, ao se comparar dois estados em situações opostas de desenvolvimento econômico - São Paulo e Piauí -, são encontrados índices de Gini bem distintos - 0,540 e 0,658, respectivamente.

Em resumo, a crise econômica no Brasil veio acompanhada pela estagnação da renda do trabalho e por um intenso processo de concentração da renda. O aumento da desigualdade de renda foi generalizado pelas mais distintas regiões do país. Trata-se, indiscutivelmente, de um quadro extremamente desfavorável para um país onde as condições sociais já eram bastante precárias no início dos anos oitenta.

5. Considerações Finais

Apesar das dificuldades econômicas, o mercado de trabalho brasileiro mostrou grande dinamismo na década de oitenta, sendo capaz de absorver a PEA que se expandia a quase 4% ao ano. Houve crescimento da taxa de atividade das mulheres, das pessoas nas faixas etárias intermediárias e daquelas com maior nível de escolaridade. Este dado coloca em xeque afirmações usualmente feitas de que, como consequência da crise

econômica, teria havido entrada em massa no mercado de trabalho de pessoas pouco qualificadas, com o objetivo de complementar a renda familiar. Apesar do crescimento das taxas de atividade, os níveis de desemprego mantiveram-se relativamente moderados durante a maior parte da década.

Houve forte migração do emprego de ocupações agrícolas para não agrícolas. Este movimento dirigiu-se principalmente para o setor terciário, que representava, no final dos anos oitenta, mais da metade da ocupação global. Não obstante, as diferenças na distribuição do emprego setorial entre as regiões permaneciam elevadas no final da década passada. O emprego agrícola continuava muito importante no Nordeste.

Aumentou a participação do emprego assalariado no país. Este resultado decorre do próprio movimento migratório rural/urbano, na medida em que o assalariamento é muito mais importante nas atividades não agrícolas que nas agrícolas. O emprego por conta própria permaneceu aproximadamente estável durante toda a década. Houve forte redução dos trabalhadores não remunerados, usualmente trabalhadores familiares agrícolas. O aumento do assalariamento concentrou-se nas atividades agrícolas. Nas não agrícolas a tendência foi inversa, com queda relativa do assalariamento.

O crescimento do assalariamento deu-se principalmente sem a assinatura da carteira de trabalho. Este movimento ocorreu com maior intensidade até 1983, recuando em seguida, tendo sido bastante acentuado no interior das atividades não agrícolas. Nas atividades agrícolas houve, inclusive, elevação da participação do assalariamento com carteira assinada. No final da década a importância do emprego assalariado com carteira assinada nas atividades não agrícolas era consideravelmente inferior ao do início da década, representando indiscutivelmente um retrocesso em termos sociais.

A carteira assinada é mais frequente entre os homens do que entre as mulheres, sendo mais comum nas faixas etárias intermediárias do que entre os trabalhadores jovens e os mais velhos. De qualquer forma, praticamente todos os segmentos foram atingidos com a queda da posse da carteira assinada durante os anos oitenta. Por outro lado, em todos os segmentos

do setor não agrícola houve redução dos percentuais de empregados com carteira assinada. Agravando ainda mais este quadro, não houve qualquer avanço nos percentuais de contribuintes para a previdência social ao longo da década de oitenta.

Os dados da PNAD apontam para a estagnação do rendimento médio do trabalho durante os anos oitenta. Por outro lado, os diferenciais de renda permaneciam elevados no final da década, tanto quando comparados homens e mulheres, empregados com e sem carteira, ou trabalhadores das diferentes regiões do país.

As desigualdades na distribuição dos rendimentos do trabalho aumentaram muito, especialmente no final da década. Em 1990, entretanto, houve uma ligeira melhora do quadro distributivo. Este resultado mostra que os mecanismos de indexação salarial existentes na economia brasileira foram insuficientes para proteger os menores rendimentos na medida em que a inflação se acelerava. Os índices de Gini atingiam no final do período analisado valores elevadíssimos comparativamente ao padrão internacional. A concentração do rendimento do trabalho é maior nas regiões urbanas, especialmente nas áreas menos desenvolvidas do país.

O quadro traçado neste artigo encerra-se em 1990. Desde então o país passou por um novo período de aprofundamento da recessão, em função da política econômica posta em prática pelo governo Collor. Apesar do fracasso de tal política, seu custo, medido pelos impactos sobre o mercado de trabalho e o nível dos rendimentos do trabalho, foram enormes. Embora as taxas de desemprego tenham continuado relativamente moderadas, isto tem sido conseguido às custas de uma deterioração das condições no mercado de trabalho e de queda acentuada dos rendimentos. Por outro lado, reverteu-se a tendência de recuperação do emprego urbano com carteira assinada verificada na segunda metade dos anos oitenta, ao mesmo tempo em que passou a crescer o emprego sem carteira e o trabalho por conta própria⁽²¹⁾. Apesar do interesse da análise do mercado de trabalho no Brasil no início da década de noventa, seu desenvolvimento extrapola os objetivos deste artigo, sendo adiado para uma futura oportunidade...

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Paula de Medeiros, *Um Estudo da População de Altos Rendimentos no Brasil nos Anos Recentes*, Monografia, FEA/UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.
- BONELLI, Regis e SEDLACEK, Guilherme, "Distribuição de Renda: Evolução no Último Quarto de Século", in SEDLACEK, G. e PAES DE BARROS, R. orgs., *Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda: Uma Coletânea*, Série Monográfica, 35, Ipea, Rio de Janeiro, 1989.
- _____, "A Evolução da Distribuição de Renda entre 1983 e 1988", in CAMARGO, J. M. e GIAMBIAGI, F. orgs., *Distribuição de Renda no Brasil*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.
- CACCIAMALI, Maria Cristina, *Mudanças Estruturais no Emprego e no Produto no Brasil. 1950-85*, tese de livre-docência, FIPE/USP, 1988a.
- _____, "A Estrutura Regional do Emprego no Brasil ao longo da Década de 80: Tendências a maior Assalariamento", in SAWYER, D. org., *PNADs em Foco*, ABEP, Belo Horizonte, 1988b.
- _____, "Expansão do Mercado de Trabalho Não Regulamentado e Setor Informal no Brasil", *Estudos Econômicos*, vol. 19, número especial, 1989a.
- _____, *A Informalização Recente do Mercado de Trabalho no Brasil*, OIT/MTb, Brasília, 1989b.
- _____, "As Economias Informal e Submersa: Conceitos e Distribuição de Renda", in CAMARGO, J. M. e GIAMBIAGI, F. orgs., *Distribuição de Renda no Brasil*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.
- IBGE, *Síntese de Indicadores da Pesquisa Básica da PNAD de 1981 a 1989*, Rio de Janeiro, 1990.
- _____, *Síntese dos Indicadores da Pesquisa Básica da PNAD de 1990*, Rio de Janeiro, 1991.
- HOFFMANN, Rodolfo, "Evolução da Distribuição de Renda no Brasil, entre Pessoas e entre Famílias, 1979/86", in SEDLACEK, G. e PAES DE BARROS, R. orgs., *Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda: Uma Coletânea*, Série Monográfica, 35, IPEA, Rio de Janeiro, 1989.

- JATOBÁ, Jorge, "A Dimensão Regional da Pobreza Urbana e os Mercados de Trabalho: O Caso Brasileiro, 1970/83", in SEDLACEK, G. e PAES DE BARROS, R. orgs., *Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda: Uma Coletânea*, Série Monográfica, 35, IPEA, Rio de Janeiro, 1989.
- ROMÃO, Maurício, "Distribuição de Renda, Pobreza e Desigualdades Regionais", in Camargo, J. M. e Giambiagi, F. orgs., *Distribuição de Renda no Brasil*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.
- SABOIA, João, "Transformações no Mercado de Trabalho no Brasil durante a Crise: 1980/1983", *Revista de Economia Política*, vol. 6, nº 3, setembro de 1986.
- _____, "Dualismo ou Integração no Mercado de Trabalho?", *Estudos Econômicos*, vol. 19, número especial, 1989.
- _____, "Emprego nos Anos Oitenta: Uma Década Perdida", *Texto para Discussão*, nº 258, IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, agosto de 1991a.
- _____, *Emprego, Renda e Pobreza no Brasil na Década de Oitenta - Transformações Conjunturais e Estruturais*, mimeo, Salvador, novembro de 1991b.
- _____, "Retrocessos no Mercado de Trabalho", *Indicadores Econômicos FEE*, vol. 19, nº 4, janeiro de 1992.
- _____, *Mercado de Trabalho Metropolitano no Brasil: Diferenciação, Evolução e Perspectivas*, trabalho apresentado no Fórum Nacional do IPEA "O Novo Mapa da Economia Brasileira: Desafios do Planejamento Regional", Rio de Janeiro, 22/24 de novembro de 1993.
- SALM, Claudio et alii, *O Mercado de Trabalho Brasileiro - Estrutura e Conjuntura*, MTb e IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.
- URANI, André, "Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda durante o Governo Collor", *Anais do III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*, ABET, Rio de Janeiro, 1994.

TABELA 1

População em idade ativa, economicamente ativa, ocupada, desocupada, taxa de atividade e de desocupação - BRASIL - 1979/90

(população em milhares, taxas em %)

	1979	1981	1983	1986	1989	1990
População em idade ativa (1)	84.393	88.903	92.887	101.871	110.242	113.629
População economicamente ativa	45.411	47.488	50.941	56.816	62.508	64.468
População ocupada	44.164	45.465	48.466	55.436	60.622	62.100
População desocupada	1.247	2.023	2.475	1.380	1.886	2.368
Taxa de atividade (2)	53.8	53.4	54.8	55.8	56.7	56.7
Taxa de desocupação	2.7	4.3	4.9	2.4	3.0	3.7

Fonte: PNAD.

(1) População em 10 anos ou mais.

(2) A taxa de atividades é obtida pelo quociente entre a população economicamente ativa e a população em idade ativa.

TABELA 2

Taxa de atividade por sexo, faixa etária, anos de estudo - BRASIL - 1979/90

	(%)					
	1979	1981	1983	1986	1989	1990
Homens	74.7	74.6	74.8	75.6	75.7	75.3
Mulheres	33.6	32.9	35.6	36.8	38.7	39.2
10/14 anos	21.0	19.3	18.4	18.8	18.6	17.5
15/19	55.2	54.4	55.4	56.9	57.1	56.7
20/24	68.5	68.5	70.3	71.7	71.9	72.2
25/29	68.7	68.7	70.9	71.5	73.2	73.4
30/39	69.0	69.1	71.7	72.8	74.5	75.0
40/49	65.7	65.8	67.8	68.9	70.8	71.3
50/59	55.7	54.6	55.0	54.6	56.8	57.7
60 ou mais	28.4	26.6	26.6	25.6	27.0	27.3
Menos de 1 ano	50.9	48.1	50.1	48.9	49.9	50.1
1/2	46.5	45.4	46.8	46.1	46.7	46.4
3/4	54.6	53.9	54.2	53.5	53.4	53.1
5/8	52.9	53.7	54.5	57.5	58.0	57.9
9 ou mais	69.6	71.0	72.6	74.8	75.0	74.9

Fonte: PNAD.

UFRJ / FFA - IEI
BIBLIOTECA

TABELA 3
Taxa de atividade por sexo, segundo a faixa etária e anos de estudo - BRASIL - 1979/90

	1979		1981		1983		1986		1989		1990	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
10/14 anos	27.4	14.4	26.4	12.2	25.0	11.8	25.6	11.9	25.5	11.8	24.3	10.6
15/19 anos	70.6	40.4	70.1	38.5	70.7	40.0	73.2	40.7	73.3	40.9	71.8	41.4
20/24 anos	91.5	46.7	91.9	45.8	92.4	49.1	92.4	51.3	92.5	52.0	92.1	52.9
25/29 anos	96.5	42.5	96.7	42.9	96.9	46.7	96.9	47.8	96.3	52.5	96.2	52.8
30/39 anos	97.2	41.7	97.2	42.4	97.2	47.2	97.3	50.1	97.3	53.3	96.8	54.7
40/49 anos	94.0	38.2	93.8	38.4	93.9	42.8	94.3	45.0	94.6	48.6	94.5	49.5
50/59 anos	83.3	28.6	82.4	27.6	81.4	30.0	80.5	30.4	81.5	33.8	82.3	34.5
60 ou mais	47.8	10.7	45.1	9.9	44.1	10.7	44.6	9.5	45.5	11.3	46.0	11.5
Menos de												
1 ano	75.4	28.0	73.5	24.9	72.9	28.7	73.3	26.4	72.7	28.2	72.7	28.0
1/2	65.4	26.9	65.3	24.4	65.3	27.4	64.4	26.9	63.7	28.9	62.9	28.8
3/4	77.4	32.9	77.1	31.6	76.1	33.3	75.4	33.0	74.1	34.2	73.4	34.1
5/8	73.0	33.3	73.8	33.8	74.8	34.9	77.5	38.2	78.7	38.4	77.8	39.2
9 ou mais	82.7	57.0	84.2	58.6	85.8	60.2	87.3	63.3	87.8	63.9	87.5	63.9

Fonte: PNAD

TABELA 4

Distribuição da população ocupada por ramo de atividade - BRASIL - 1979/90

	(%)					
	1979	1981	1983	1986	1989	1990
Total Agrícola	32.5	29.3	27.1	25.9	23.2	22.8
Ind. de transformação	15.5	15.0	14.0	16.2	15.9	15.2
Ind. de construção	6.9	8.1	9.5	6.5	6.2	6.1
Outras atividades industriais	1.5	1.6	1.8	1.5	1.5	1.4
Total da Indústria	23.9	24.7	25.3	24.2	23.6	22.7
Comércio	9.7	10.3	10.6	11.3	12.3	12.9
Prestação de serviços	15.2	15.3	16.3	16.6	17.6	17.9
Serviços auxiliares	2.5	2.6	2.5	2.8	3.2	3.3
Transporte e comunicação	3.7	3.9	3.7	3.6	3.8	3.9
Atividades sociais	6.6	7.2	7.4	8.2	8.7	8.7
Administração pública	3.5	4.0	4.1	4.7	4.7	5.0
Outras atividades (1)	2.4	2.7	3.0	2.8	2.9	2.8
Total do Setor Terciário	43.6	46.0	47.6	50.0	53.2	54.5

Fonte: PNAD.

(1) Inclui instituições de crédito, seguros e capitalização, comércio e administração de imóveis e valores imobiliários, organizações internacionais e representações estrangeiras, além de atividades não compreendidas nos demais ramos e atividades mal distribuídas ou não declaradas. Pertencem majoritariamente ao setor terciário.

TABELA 5

Distribuição da população ocupada por posição na ocupação e contribuição para a Previdência Social - BRASIL - 1979/90

	(%)					
	1979	1981	1983	1986	1989	1990
Empregados com carteira assinada	39.2	37.3	34.3	38.2	39.1	38.0
Empregados sem carteira assinada	23.1	26.9	30.7	27.9	26.9	26.7
Total de empregados	62.3	64.2	65.0	66.1	66.0	64.7
Conta-própria	21.8	22.7	22.6	22.9	21.9	22.7
Não remunerados	12.1	9.9	9.3	7.6	7.8	8.0
Empregadores	3.8	3.2	3.1	3.4	4.3	4.6
Contribuintes	49.1	49.9	47.7	49.9	50.6	50.1
Não contribuintes	50.9	50.1	52.3	50.1	49.4	49.9

Fonte: PNAD.

TABELA 6

Distribuição da população ocupada por posição na ocupação segundo o tipo de atividade - BRASIL - 1979/90

	1979		1981		1983		1986		1989		1990	
	Ag.	N. agr.	Ag.	N. agr.	Ag.	N. agr.	Ag.	N. agr.	Ag.	N. agr.	Ag.	N. agr.
Empr. c/ cart. assinada	4.6	55.9	4.9	50.7	4.0	45.5	7.0	49.2	8.2	48.4	8.4	46.8
Empr. s/ cart. assinada	29.0	20.4	31.8	24.9	33.8	29.5	32.3	26.3	29.3	26.1	28.5	26.1
Total de empregados	33.6	76.3	36.7	75.6	37.8	75.1	39.3	75.5	37.5	74.5	36.9	72.9
Conta-própria	29.8	17.9	30.4	19.5	30.2	19.8	32.0	19.7	31.2	19.1	30.8	20.3
Não remunerados	32.7	2.0	29.4	1.9	28.7	2.0	25.2	1.4	27.0	2.1	27.6	2.2
Empregadores	4.0	3.7	3.5	3.0	3.2	3.1	3.5	3.4	4.3	4.3	4.7	4.6

Fonte: PNAD.

TABELA 7

Distribuição da população ocupada por posição na ocupação segundo a região - Nordeste e Sudeste - 1979/90

	1979		1981		1983		1986		1989		1990	
	Ne	Se	Ne	Se	Ne	Se	Ne	Se	Ne	Se	Ne	Se
Empr. c/ cart. assinada	19.1	50.8	21.9	47.8	19.4	43.8	21.8	47.9	22.8	49.4	22.5	48.4
Empr. s/ cart. assinada	26.1	25.1	32.2	26.5	39.1	29.3	32.5	27.0	31.7	25.6	32.0	24.8
Total de empregados	47.2	75.9	54.1	74.3	58.5	73.1	54.3	74.9	54.5	75.0	54.5	73.2
Conta-própria	32.2	15.4	31.4	17.2	27.6	18.1	32.2	17.4	29.8	16.9	29.9	18.3
Não remunerados	18.1	4.3	12.6	4.7	12.3	4.8	11.4	3.4	12.7	3.3	12.3	3.5
Empregadores	2.5	4.4	1.9	3.8	1.6	4.0	2.1	4.3	3.0	4.8	3.3	5.0

Fonte: PNAD.

TABELA 8
Porcentagem de empregados com carteira de trabalho assinada(1) por sexo e faixa etária BRASIL - 1979/90

	1979	1981	1983	1986	1989	1990
Homens	62.4	60.0	54.5	60.3	61.7	61.8
Mulheres	54.6	54.1	49.3	53.3	55.0	55.1
10/14 anos	12.5	8.2	5.9	10.6	10.6	8.6
15/19	42.4	39.0	32.1	38.0	40.7	39.6
20/24	66.6	64.4	58.3	61.2	63.3	61.7
25/29	70.5	70.1	65.2	68.7	68.4	66.5
30/39	68.5	67.3	62.2	68.8	69.1	68.4
40/49	64.9	62.7	56.8	62.9	63.7	65.0
50/59	59.6	57.6	50.1	57.2	59.6	59.0
60 ou mais	42.3	39.8	34.3	38.7	42.9	42.7

Fonte: PNAD.

(1) Porcentagem em relação ao total de empregados, excluindo, portanto, os trabalhadores por conta própria não remunerados e empregadores.

TABELA 9

Porcentagem de empregados com carteira de trabalho assinada(1) por ramo de atividade - BRASIL - 1979/90 (%)

	1979	1981	1983	1986	1989	1990
Total Agrícola	19.5	19.2	10.6	17.7	22.0	22.9
Ind. de transformação	87.4	85.4	84.2	82.0	83.2	82.3
Ind. de construção	67.9	55.0	33.3	58.5	55.3	54.1
Outras atividades industriais	86.0	84.8	78.1	82.9	79.0	79.9
Total da Indústria	82.4	76.6	65.6	76.9	77.0	76.2
Comércio	75.4	73.6	73.2	72.3	71.0	71.0
Prestação de serviços	39.9	37.1	34.4	35.0	37.2	38.2
Serviços auxiliares	79.3	78.4	77.0	74.0	77.6	76.2
Transporte e comunicação	84.5	84.4	84.1	83.5	83.9	83.0
Atividades sociais	64.8	63.7	59.0	60.3	60.3	59.1
Administração pública	47.7	52.1	43.5	52.7	50.0	46.8
Outras atividades (2)	92.8	91.8	91.8	90.1	86.3	87.7
Total do Setor Terciário	61.4	61.0	57.5	58.5	58.8	58.4

Fonte: PNAD.

(1) Porcentagem em relação ao total de empregados, excluindo, portanto, os trabalhadores por conta própria, não remunerados e empregadores.

(2) Inclui instituições de crédito, seguros e capitalização, comércio e administração de imóveis e valores imobiliários, organizações internacionais e representações estrangeiras, além de atividades não compreendidas nos demais ramos e atividades mal distribuídas ou não declaradas. Pertencem majoritariamente ao setor terciário.

TABELA 10

Distribuição do rendimento de todos os trabalhos para a população ocupada com rendimento do trabalho por classes percentuais seleccionadas e índice de Gini - BRASIL - 1981/90

	1981	1983	1986	1987	1988	1989	1990
10% - (mais pobres)	0.9	1.0	1.0	0.8	0.7	0.7	0.8
50% -	14.6	13.4	13.5	13.0	12.0	11.2	12.1
10% +	44.9	46.7	47.3	46.9	49.7	51.5	48.1
5% +	31.9	33.1	33.9	33.3	35.8	37.7	34.4
1% + (mais ricos)	12.1	13.3	14.0	13.5	14.2	15.9	13.9
Índice de Gini(1)	0.564	0.584	0.584	0.589	0.613	0.630	0.602

Fonte: PNAD.

(1) O índice de Gini foi calculado a partir de dados individuais.

TABELA 11

Distribuição do rendimento de todos os trabalhos para a população ocupada com rendimento do trabalho por classes percentuais selecionadas e índice de Gini - Regiões Rurais e Urbanas - 1981/90

	1981		1983		1986		1987		1988		1989		1990	
	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.
10% - (mais pobres)	1.2	0.9	1.4	0.9	1.2	1.0	0.9	0.9	0.9	0.9	0.7	0.8	0.7	1.0
50% -	18.0	15.0	17.1	13.9	17.2	13.7	16.0	13.6	15.3	12.3	12.3	14.5	11.5	15.8
10% +	39.9	43.7	42.7	45.2	41.8	46.7	43.4	45.6	44.3	48.7	48.7	46.7	50.6	42.9
5% +	28.5	30.6	30.8	31.6	29.6	33.3	31.1	32.2	31.5	34.5	34.5	34.0	36.6	30.4
1% + (mais ricos)	12.9	11.1	13.8	12.3	12.4	13.6	13.5	12.7	13.6	13.4	14.8	15.2	12.4	13.2
Índice de Gini(1)	0.503	0.552	0.525	0.571	0.528	0.579	0.543	0.576	0.554	0.603	0.575	0.622	0.542	0.591

Fonte: PNAD.

(1) O índice de Gini foi calculado a partir de dados individuais.

TABELA 12

Distribuição de rendimento de todos os trabalhos para a população ocupada com rendimento do trabalho por classes percentuais selecionadas e índice de Gini - Grandes Regiões - 1990

	(%)				
	Norte(2)	Nordeste	Sudeste	C. Oeste	Sul
10% - (mais pobres)	1.0	0.8	1.1	1.0	1.1
50% -	15.8	12.3	13.3	11.9	14.2
10% +	47.8	52.1	45.7	49.5	45.3
5% +	35.1	39.0	32.3	35.3	31.8
1% + (mais ricos)	15.1	17.3	12.8	13.9	12.4
Índice de Gini(1)	0.591	0.622	0.578	0.610	0.567

Fonte: PNAD.

(1) O índice de Gini foi calculado a partir de dados individuais.

(2) Os dados da PNAD para a região Norte excluem a população rural.

TABELA 13

Distribuição do rendimento de todos os trabalhos para a população ocupada com rendimento do trabalho por classes percentuais selecionadas e índice de Gini - Regiões Metropolitanas - 1990

	S. P.	Curitiba	P. Alegre	Brasília	R. J.	B. H.	Recife	Fortaleza	Salvador	Betém
10% - (mais pobres)	1.4	1.4	1.3	1.0	1.2	1.1	1.1	1.0	0.8	1.0
50% -	16.5	16.1	14.4	12.2	13.2	12.2	12.5	12.4	10.5	11.0
10% +	41.1	41.9	45.8	43.8	47.6	49.6	50.5	52.6	51.0	54.1
5% +	28.2	29.3	32.6	28.5	34.1	35.8	38.9	38.4	36.9	41.3
1% +										
(mais ricos)	10.6	10.9	12.9	9.0	13.4	14.3	14.1	15.3	14.1	19.2
Índice de Gini(1)	0.523	0.532	0.567	0.562	0.567	0.606	0.606	0.618	0.632	0.641

Fonte: FPNAD

(1) O índice de Gini foi calculado a partir de dados individuais.

Notas

1 - Sobre o mercado de trabalho veja, por exemplo, Cacciamali (1988a, 1988b, 1989a, 1989b e 1991), Sabota (1986, 1989 e 1991a) e Salm et alii (1987). Sobre a distribuição de renda veja, por exemplo, Bonelli e Sedlacek (1989 e 1991), Hoffmann (1989), Jatobá (1989) e Romão (1991). Uma síntese das estatísticas da PNAD sobre emprego e renda para a década de oitenta é apresentada em IBGE (1990).

2 - Teoricamente, a década de oitenta iniciou-se em 1 de janeiro de 1981 e encerrou-se em 31 de dezembro de 1990. O ano de 1981 não é uma referência ideal para o início da década, na medida em que a economia já encontrava-se em recessão. Por outro lado, em 1980 não foi realizada a PNAD. Assim, neste trabalho, os anos utilizados como referência para a década são: 1979, último ano da década passada com dados da PNAD disponíveis, quando a economia ainda crescia; 1981, primeiro ano com dados da PNAD na década de oitenta; 1983, final da recessão do início dos anos oitenta; 1986, último ano do período de recuperação; e 1989/90, representando o final da década.

3 - Quando utilizados os dados de desemprego aberto (na semana de referência) da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), para as regiões metropolitanas, obtêm-se taxas mais elevadas. Os maiores valores históricos para as taxas de desemprego, na década de oitenta, foram encontrados em meados de 1984, em Recife, em torno de 10%. Ainda assim, são valores muito inferiores aos obtidos em alguns países europeus durante a crise dos anos oitenta, quando chegaram a superar 20%.

4 - A taxa de atividade da PNAD é calculada a partir da população com dez anos ou mais. Na medida em que as taxas de fecundidade vêm decrescendo nas últimas décadas, há uma tendência de queda da participação dos mais jovens na população total. Como são exatamente os mais jovens que menos participam do mercado de trabalho, este fato seria suficiente para elevar a taxa global de atividade.

5 - Em parte, este último grupo é composto pelo grupo de mulheres entre 20 e 24 anos dez anos depois.

6 - O crescimento da participação de mulheres educadas no mercado de trabalho pode ser parcialmente atribuído ao movimento feminista iniciado nos anos setenta.

- 7 - Há um aumento significativo dos percentuais de pessoas trabalhando até 39 horas semanais e forte queda a partir de 49 horas semanais em 1989, confirmando o efeito da promulgação da nova Constituição.
- 8 - Aparentemente, parece também ter ocorrido crescimento da importância dos empregadores durante a década de oitenta. Este movimento, entretanto, pode ser resultante da incorporação de parcela dos trabalhadores por conta própria entre os empregadores nos dados da PNAD.
- 9 - Os dados de 1983 superestimam o crescimento do emprego sem carteira assinada, quando milhares de trabalhadores agrícolas não remunerados transferiram-se para as frentes de trabalho criadas no Nordeste em função da seca, tornando-se "empregados sem carteira assinada".
- 10 - Estão sendo eliminados na análise que se segue os trabalhadores por conta própria, os não remunerados e os empregadores, considerando-se apenas o conjunto de empregados (assalariados).
- 11 - O percentual de 1983 está claramente subestimado pela inclusão dos trabalhadores (sem carteira assinada) das frentes de trabalho do Nordeste na construção civil naquele ano. Veja nota (9).
- 12 - Somente com a implantação do Regime Jurídico Único, a partir do final de 1990, foram eliminadas as diferenças entre trabalhadores estatutários (sem carteira assinada) e celetistas (com carteira assinada) no interior da administração pública.
- 13 - Os dados sobre contribuição previdenciária estão na origem da atual crise da Previdência Social no Brasil. Com a tendência à universalização dos direitos previdenciários a partir da Constituição de 1988 a situação previdenciária deverá tornar-se insustentável.
- 14 - Segundo a PNAD houve crescimento de apenas 1% no rendimento médio real de todos os trabalhos entre 1981 e 1990. Veja IBGE (1991).
- 15 - Veja IBGE (1991).
- 16 - Nesta seção será utilizado o índice de Gini como medida de desigualdade da distribuição da renda do trabalho. Ele varia entre zero e um, apontando para uma situação mais desigual quando seu valor cresce.

- 17 - Os valores do índice de Gini atingidos no final da década de oitenta são elevadíssimos quando comparados com o padrão internacional, indicando que o Brasil possui uma das piores distribuições de renda do mundo.
- 18 - A associação entre crescimento da inflação e piora da distribuição é intuitiva e precisa ser testada com maior rigor para uma conclusão definitiva.
- 19 - Embora possa surpreender o leitor, apenas 30% daqueles entre os 1% com maiores rendimentos são empregadores. Cerca de 60% são empregados. Os rendimentos deste grupo situavam-se, em 1988, acima de 42 salários mínimos. Para mais informações sobre o percentil de maiores rendimentos no Brasil ver Albuquerque (1994).
- 20 - Cabe lembrar que os dados aqui apresentados referem-se à população ocupada com rendimento, sendo excluídas as pessoas sem rendimento.
- 21 - Os dados mencionados posteriores a 1990 correspondem à PME/IBGE, representando a situação do emprego e renda nas principais regiões metropolitanas do país (Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife). Para uma primeira tentativa de análise dos dados da PME na década de noventa veja Saboia (1992 e 1993) e Urani(1993).

